



SALA DE LEITURA

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E AMBIENTAL - PECA

VERSÃO PARA FACILITADORES

Público

NÃO FORMAL

MÓDULO 13

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA.....	3
3. GLOSSÁRIO	5
4. PROBLEMATIZAÇÃO	5
5. LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS.....	5
6. TEXTOS/ ROTEIROS DE LEITURA.....	6
7. GABARITO DAS PERGUNTAS DO ROTEIRO DE LEITURA	6
8. CONCLUSÕES SOBRE OS PROBLEMAS ABORDADOS NOS TEXTOS	6
9. RESULTADOS ESPERADOS	15
10. REFERÊNCIAS.....	16
REPORTAGEM TEXTO 1	18
REPORTAGEM TEXTO 2	20
REPORTAGEM TEXTO 3	22

1. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO – 13

TEMA: Sustentabilidade Socioambiental

TÓPICO: Gestão Ambiental na Administração Pública

MÓDULO: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) E RECURSOS HÍDRICOS (NF, 13, Anabel de Lima)

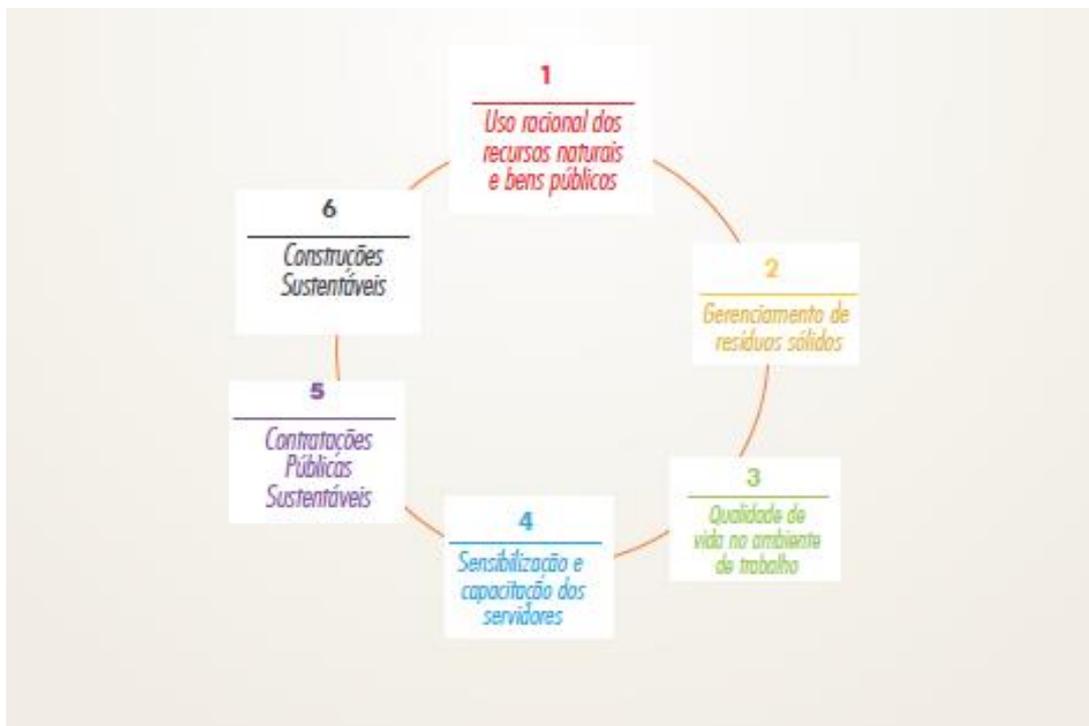
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

De acordo com Brasil (2006), a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa de gestão que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas às prioridades de investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, gerenciamento de resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

A A3P pode ser considerada como o marco indutor de adoção da gestão socioambiental no âmbito da Administração Pública Brasileira. Surgiu em 1999 por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e em 2001, foi lançada como um Programa, sendo no ano seguinte reconhecida pela Unesco e recebendo o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. No ano de 2005, criou-se a Rede A3P que é um canal de informação e comunicação sobre ações de sustentabilidade implementadas e promovidas pelas instituições parceiras do MMA e foi ainda criado um Termo de Adesão para as instituições. A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, foi integrada à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, integrando o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).

Diante da sua importância, foi incluída no Plano Plurianual (PPA) entre 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA de 2008 a 2011, o que garantiu recursos para sua implantação (MMA, 2017).

A A3P foi estruturada a partir de 5 eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. E está estruturada a partir de seis eixos temáticos prioritários: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gerenciamento de resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores, contratações públicas sustentáveis e construções sustentáveis (BRASIL, 2006):



Fonte: BRASIL. Como implantar a A3P, 2006.

Para se criar a Agenda A3P devem ser realizados os seguintes passos: 1) criar uma Comissão Gestora da A3P para facilitar a comunicação do Programa; 2) realizar um diagnóstico da instituição, onde serão levantados os problemas de consumo excessivo; 3) desenvolver planos de ação com metas; 4) sensibilizar e capacitar os servidores; 5) realizar avaliações periódicas e monitoramento dessas ações, para avaliar o desperdício e também determinar a eficiência do Programa (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).

A A3P vem de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), pois ambos são uma agenda que visam a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade.

3. GLOSSÁRIO

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: é aquela praticada por empresas, indústrias, de forma voluntária, em que há a adoção de posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos internos e externos.

SUSTENTABILIDADE: é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, realizar atividades econômicas sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

4. PROBLEMATIZAÇÃO

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa de caráter voluntário, sem natureza impositiva e regulatória e o que se busca é uma ação exemplar do gestor público a partir da compreensão do que é a responsabilidade socioambiental para a melhoria na qualidade de vida e segurança no ambiente do trabalho. Mas cabe a cada um colaborar, estendendo sua atuação também para outros ambientes de vivência, pois pequenas ações podem trazer grandes benefícios para o meio ambiente e para as futuras gerações.

5. LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Este Módulo é fundado em três textos:

Texto 1 - “**Agenda Ambiental na Administração Pública A3P**”.

Texto 2 - “**DEDC XII lança o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**”.

Texto 3 - “**A3P: Programa do governo federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade**”.

6. TEXTOS/ROTEIROS DE LEITURA

A seguir constam as perguntas orientadas de leitura de cada texto.

Texto 1: “Agenda Ambiental na Administração Pública A3P”.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autores: Débora Kligerman et. al. ano

Data de publicação: s/ data

Sítio de publicação: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidadesocial/ecocamara/oecocamara/noticias/agendaambiental.html>

Resumo: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. “

“Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. “

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 1

1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. No que consiste o desenvolvimento sustentável almejado pela A3P?

2. Na busca de soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental pelos órgãos públicos, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), de que forma esse programa já é ou pode ser realizado em seu local de trabalho?

3. Como a A3P pode ser utilizada para conservação e uso racional dos recursos hídricos?

Texto 2: “DEDC XII lança o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P”.

Fonte: Revista do Servidor UNB

Autor: Gilmar Alves dos Santos

Data de publicação: s/ data

Sítio de publicação: <http://www.uneb.br/guanambi/dedc/files/2012/11/REPOR-TAGEM-A3P.pdf>

Resumo: “Em 2011 o Departamento de Educação (DEDC) Campus XII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aderiu, através de seus Técnicos sob a coordenação de Gilmar Santos, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), onde por meio desta veem executando diversas ações de mudança de hábitos e desenvolvimento da consciência ecológica. Conheça um pouco da A3P no texto abaixo e ajude o DEDC XII a preservar o meio ambiente e o bem público.”

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 2

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

- 1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Quais são seus objetivos?**
- 2. A A3P foi estruturada tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. De que forma cada um dos “Rs” pode ser incorporado nas ações diárias do seu local de trabalho?**
- 3. Como a A3P pode ser transferida para uso em casa e nas atividades cotidianas?**

Texto 3: **“A3P: programa do governo federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade”.**

Fonte: Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética

Autora: Ivana Varela

Data de publicação: 13 de setembro de 2013

Sítio de publicação: <http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B8D1AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=ite-mID=%7B01E408B1-EFBF-499B-9A6E-E81B2E68CFBD%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>

Resumo: “Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) utiliza diretrizes da Eletrobrás Procel para incentivar cultura de economia de energia elétrica nas atividades públicas. “

“Desde a década de 80 o conceito de sustentabilidade tem sido proposto e divulgado por diversas organizações, públicas e privadas, e encontram-se em sua maioria, voltados para a responsabilidade social no âmbito das atividades empresariais. Com base em três recomendações do governo que indicam o estabelecimento de programas voltados para a sustentabilidade de produção e consumo, o Governo Federal lançou em 2001 o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, de sigla A3P.”

ROTEIRO DE LEITURA – Texto 3

Leia o texto e reflita sobre as seguintes perguntas:

- 1. No que consiste O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?**
- 2. A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas e para acontecer, precisa de um esforço coletivo para transformar a intenção do que está no papel em um compromisso. Que ações diárias os administradores/servidores podem realizar para contribuir com os objetivos da A3P?**
- 3. Qualquer instituição pública, de qualquer esfera do governo, pode e deve implementar a A3P, basta promover as ações estabelecidas. Que ações são essas?**

7. GABARITO DAS PERGUNTAS DO ROTEIRO DE LEITURA

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 1

1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. No que consiste o desenvolvimento sustentável almejado pela A3P?

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras, ou seja, visa promover a harmonia entre atividade econômica, meio ambiente e bem estar da sociedade, ou seja, desenvolvimento econômico e conservação da natureza.

A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do Poder Público como da iniciativa privada e de cada um individualmente, pois tem como premissa uma nova forma de se produzir e prestar serviços sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade em geral.

2. Na busca de soluções para a promoção das mudanças dos padrões de consumo e produção e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental pelos órgãos públicos, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), de que forma esse programa já é ou pode ser realizado em seu local de trabalho?

A A3P visa minimizar e/ou eliminar os impactos das práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos. Busca-se adequar o comportamento do consumo do Governo aos preceitos constitucionais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, que é tarefa de todos os segmentos da sociedade, do setor público e do produtivo.

A A3P foi estruturada a partir de 5 eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos

socioambientais significativos. Como isso as formas de uso da agenda envolvem questões relacionadas à geração de resíduos; como usar de forma adequada os recursos naturais (água e energia), dentro da instalação predial ocupada pela administração pública; adquirir produtos de empresas que respeitam o meio ambiente; capacitar os gestores públicos em relação às questões ambientais, entre outras ações a serem incorporadas nas atividades de rotina dos servidores (BRASIL, 2006).

Estas e outras ações podem aparecer como resposta, tendo em vista que estará vinculada com o local de trabalho dos participantes.

3. Como a A3P pode ser utilizada para conservação e uso racional dos recursos hídricos?

O eixo temático 1 da Agenda Ambiental na Administração Pública diz respeito ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, e envolve diretamente a água e seu uso eficiente e racional, desde o seu uso direto nas ações cotidianas e instalações (aqui entra também o eixo 6, que fala das construções sustentáveis), como no seu uso indireto, ou seja, o consumo de produtos que tenham água em sua composição/fabricação. Fator esse que implica no eixo 5, que se refere às compras sustentáveis. E tem-se ainda o eixo 2 sobre a adequada gestão dos resíduos gerados que inclui os efluentes e resíduos sólidos e toda poluição que podem ocasionar aos recursos hídricos se não coletados e tratados de forma adequada.

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 2

1. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Quais são seus objetivos?

A3P além de estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, também busca, segundo Brasil (2006):

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

2. A A3P foi estruturada tendo por base a política dos 5 Rs: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. De que forma cada um dos “Rs” pode ser incorporado nas ações diárias do seu local de trabalho?

De acordo com Brasil (2006; 2007), os Rs significam:

1 - *Repensar* a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados, como por exemplo, o uso de copos descartáveis para se tomar água, podendo ser substituídos por utensílios individuais duráveis, em que cada um assume a responsabilidade de cuidar do mesmo;

2 - *Recusar* possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos, como o uso de papel clorado, o mesmo pode ser substituído por papel reciclado ou sem o uso de cloro para branqueamento, além de ações para diminuir o uso desse material, como por exemplo, imprimir apenas o necessário, utilizando ambos os lados da folha.

3 – *Reduzir*, evitando os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e que tenham maior durabilidade. Como por exemplo, guardar os documentos em meio digital, como em programas específicos, servidores, pen drives, HD externo, substituindo o uso de papel ao máximo.

4 – *Reutilizar* é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é resíduo, reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras. Como por exemplo, reutilizar caixas plásticas ou de papelão ou ainda outras embalagens para guardar diferentes materiais.

5 – *Reciclar* é transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais. O que se pode fazer é segregare adequadamente os resíduos gerados no ambiente de trabalho, para que esses possam ser destinados à reciclagem, conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) de cada instituição.

Na resposta acima foram apresentados exemplos de ações que podem ser incorporadas no ambiente de trabalho dos participantes, mas outros podem ser apresentados.

3. Como a A3P pode ser transferida para uso em casa e nas atividades cotidianas?

Há muitas coisas que podem ser feitas a nível individual, como por exemplo (ECODIMENSÃO, 2014; SINDUSCON-SP, 2005):

- Reduzir todas as formas de desperdício;
- Separar os resíduos gerados, simplesmente separando o lixo "seco" do lixo "molhado", ou "orgânico" e "inorgânico" e destiná-los corretamente (inclusive os resíduos perigosos);
- Repensar as formas de consumo, refletindo antes de comprar alguma coisa, se realmente o produto é necessário. E ao comprar, escolher produtos de forma criteriosa, dando preferência àqueles mais duráveis ou que possam ser reutilizáveis, com embalagens recicláveis, retornáveis e/ou produtos vendidos de forma concentrada;
- Não desperdiçar energia elétrica ou água, desligando lâmpadas e equipamentos quando não estiverem sendo usados, localizar e reparar vazamentos de torneiras, usar eletrodoméstico e lâmpadas eficientes, torneiras e descargas econômicas, manter os filtros do sistema de ar condicionado e ventilação sempre limpos;
- Evitar os descartáveis e produtos poluentes e tóxicos;
- Reduzir o uso de veículos, usando o transporte coletivo ou solidário, bicicletas;
- Adequar as construções, aproveitando melhor a iluminação natural, o uso aquecimento solar, cisternas.

GABARITO DO ROTEIRO DE LEITURA – Texto 3

1. No que consiste o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

A A3P é um programa que visa promover a sustentabilidade socioambiental e inserir novos critérios nas atividades da administração pública. O programa tem como objetivo principal estimular o reflexo e a mudança de atitude dos servidores em suas atividades rotineiras para que os mesmos incorporem os critérios de gestão que vão desde economia de água e energia, redução dos gastos institucionais (compras e contratação de serviços) até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além da promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).

2. A sustentabilidade da gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas e para acontecer, precisa de um esforço coletivo para transformar a intenção do que está no papel em um compromisso. Que ações diárias os administradores/servidores podem realizar para contribuir com os objetivos da A3P?

As respostas podem ser bastante variadas, conforme o público participante, mas no geral podem colaborar por meio da adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, como a redução no consumo de energia elétrica e produtos como o papel, copos plásticos, o uso eficiente da água, realizar licitações sustentáveis de bens e materiais mais duráveis e menos poluentes, a redução na geração de resíduos e a segregação correta para destinação correta de resíduos perigosos, coleta seletiva e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, como ações de prevenção de riscos ambientais e para saúde do servidor. Mas também podem realizar ações também nas suas atividades cotidianas em casa, no seu condomínio, em todos os lugares.

3. Qualquer instituição pública, de qualquer esfera do governo, pode e deve implementar a A3P, basta promover as ações estabelecidas. Que ações são essas?

A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, sendo que os parceiros interessados devem demonstrar o comprometimento da instituição através de uma gestão transparente, dessa forma, o 1º passo é criar uma Comissão Gestora da A3P para facilitar a comunicação do Programa; 2º realizar um diagnóstico da instituição, onde serão levantados os problemas de consumo excessivo; 3º desenvolver planos de ação com metas; 4º sensibilizar e capacitar os servidores; 5º realizar avaliações periódicas e monitoramento dessas ações, para avaliar o desperdício e também determinar a eficiência do Programa (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007).

8. CONCLUSÕES SOBRE OS PROBLEMAS ABORDADOS NOS TEXTOS

A decisão de como agir no meio ambiente de forma sustentada e proteger os recursos naturais deve fazer parte da rotina diária de cada um, inclusive no setor público. Por isso foi criada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) de forma a trazer objetivos e um plano de ação para o desenvolvimento de atividades e atitudes rotineiras, contribuindo com a qualidade de vida e o bem-estar dos envolvidos nas ações e indiretamente de toda a sociedade.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os participantes verifiquem o quanto suas ações cotidianas, no caso, no ambiente de trabalho, podem ser de grande importância na conservação dos recursos naturais, para melhoria da qualidade de vida e para o bem-estar da população de modo geral.

10. REFERÊNCIAS

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socio-ambiental/a3p>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ADASA. Educação Científica e Ambiental. **Desenvolvimento dos Temas e Tópicos para os Módulos do Programa**. C. Gualdani; L. C. Castro (consultoras), 2017, 24p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 4. ed. Brasília: MMA/SAIC/DCRS/Comissão Gestora da A3P, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Como implantar a A3P**. 3. ed. Brasília: MMA, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Agenda Ambiental na Administração Pública A3P**. Brasília, s/ data. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/o-ecocamara/noticias/agendaambiental.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. **A3P: Programa do Governo Federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade.** Brasília, 13 set. 2013. Disponível em: <<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B8D1AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=itemID=%7B01E408B1-EFBF-499B-9A6E-E81B2E68CFBD%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Ecodimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda. **Cartilha do sub-programa de capacitação ambiental da mão de obra da linha de transmissão 500 kV Araraquara II – Taubaté.** Curitiba: Gráfica Capital, 2014.

MAIA, Otávio Borges (colaboração Tino Freitas). **Vocabulário Ambiental Infantojuvenil.** Brasília: IBICT, 2013.

Responsabilidade socioambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SindusCon-SP). **Conservação e reuso da água em edificações.** São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2005.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **DEDC XII lança o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.** Revista do Servidor UNEB, s/ data. Disponível em: <<http://www.uneb.br/guanambi/dedc/files/2012/11/REPORTAGEM-A3P.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LOPES, Odete. L. **Coletânea de atividades de educação ambiental.** Curitiba: UNILIVRE, 2002.



LOUREIRO, Carlos. F. **Trajetória e fundamentos de educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAIA, Otávio B. (Colaboração: Freitas, Tino.) **Vocabulário ambiental infanto-juvenil**. Brasília: IBICT, 2013.

SALLES, Paulo. **Preparação do Governo de Brasília para a realização do 8º FMA**. Brasília: ADASA, 2016.

SANTOS, Glória L. S. A.; OTA, Sueli N. **Mobilização social em comunidades**. Curitiba: UNILIVRE, 2002.

UNESCO. **Educação ambiental** - As grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1997.

10/02/2017

Detalhe - Reportagens

BRASIL

cadastro | dúvidas | fale conosco | links | mapa do site

PROCEL INFO
CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO
DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Busca:

Email: Senha: [esqueci a senha](#)

Sobre o Procel

Publicações

Informações Técnicas

Simuladores

Agentes

Incentivos e Financiamentos

Legislação

Cursos

Notícias e Reportagens

Notícias

Reportagens

Glossário

Áreas Temáticas

Resultados do Procel

Selo Procel Edificações

Pesquisa de Posse e Hábitos

Potencial de EE para Indústria

Eficiência nas escolas

Aquecimento solar de água

Dicas

Você está em: Procel Info » Notícias e Reportagens » Reportagens

Reportagens

« voltar



Assunto: Panorama Nacional - 13.09.2013

13.09.13 | A3P: Programa do Governo Federal incentiva instituições públicas com ações de sustentabilidade

Brasil – Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) utiliza diretrizes da Eletrobras Procel para incentivar cultura de economia de energia elétrica nas atividades públicas

Ivana Varela, para o Procel Info



Brasil – Desde a década de 80 o conceito de sustentabilidade tem sido proposto e divulgado por diversas organizações, públicas e privadas, e encontram-se em sua maioria, voltados para a responsabilidade social no âmbito das atividades empresariais. Com base em três recomendações do governo que indicam o estabelecimento de programas voltados para a sustentabilidade de produção e consumo, o Governo Federal lançou em 2001 o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, de sigla A3P.

O A3P é então um programa do Governo Federal que incentiva ações sustentáveis no cotidiano das instituições públicas. O programa tem como princípios a inserção dos critérios, que vão desde economia de água e energia, compras e contratação de serviços até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados. Com isso o objetivo é estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental, levando economia e à eficiência dos gastos institucionais. O A3P foi estruturado por base na política de 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

A Analista Ambiental da A3P, Angelita Coelho, conta como o uso racional da energia elétrica tem sido um tema importante de trabalho do Programa. "Nós temos um conjunto de recomendações, medidas e indicadores que podem ser usados pelos órgãos e entidades da Administração Pública nos programas de redução de consumo".

A sustentabilidade da gestão pública exige um desafio de mudanças de atitudes e de práticas. Para acontecer, precisa de um esforço coletivo, e transformar a intensão em um compromisso. Com simples e pequenas ações diárias os administradores podem ser exemplos de mudanças nos órgãos governamentais, na adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos. A redução no consumo de energia elétrica e de bens de produto, o uso eficiente da água, a coleta seletiva, a qualidade de vida no ambiente de trabalho são exemplos de contribuições para a sustentabilidade. Cada um pode fazer a sua parte nas atividades cotidianas no trabalho, em casa, no escritório, na escola e em todos os lugares.

Segundo Angelita, uma das sugestões da A3P é adotar as diretrizes propostas pela Eletrobras Procel, tanto na economia e o uso racional da energia elétrica, quanto nas edificações públicas. Também é importante diagnosticar a situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para a redução de consumo. Fazer um levantamento e acompanhamento do consumo de energia, além de nunca esquecer de ações básicas como desligar luzes e monitores da hora do almoço, fechar as portas quando ligar o ar condicionado, não ligar todos os elevadores ao mesmo tempo.

"Uma das sugestões da A3P é adotar as diretrizes propostas pela Eletrobras Procel, tanto na economia e o uso racional da energia elétrica, quanto nas edificações públicas".

"Os dados de monitoramento de instituições parceiras enviados a A3P, mostram que, apenas com a mudança de padrões de comportamento induzidas pela A3P, há economia média de 5% do consumo de energia elétrica. Esse valor pode ser ainda maior se forem realizadas reformas nos prédios institucionais, mas, por uma série de fatores, nem sempre isso é possível", diz Angelita.

Qualquer instituição pública, de qualquer esfera do governo, pode e deve implementar a A3P, basta promover as ações estabelecidas. Os parceiros interessados devem demonstrar o comprometimento da instituição através de uma gestão transparente. O primeiro passo é criar uma Comissão Gestora da A3P, entre 5 e 10 servidores da instituição, para facilitar a comunicação do Programa. Em seguida devem realizar um diagnóstico da instituição, onde será levantado os problemas de consumo excessivo. Depois, desenvolver planos de ação com metas para sensibilizar e capacitar os servidores e por fim realizar avaliações periódicas e monitoramento dessas ações, para avaliar o desperdício e também determinar a eficiência do Programa.

O Programa também propõem que se aproveite ao máximo as condições naturais do ambiente de trabalho, como ventilação, luz solar e a aquisição exclusiva de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e luminárias eficientes. Sem esquecer que os equipamentos de climatização mecânica, que utilizem energia elétrica, devem funcionar apenas nos ambientes onde forem indispensáveis.

Outra sugestão de economia do A3P é no consumo de água, realizando levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo. Além de

<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?viewID=%7B8D1AC2E8-F790-4B7E-8DDD-CAF4CDD2BC34%7D¶ms=itemID=%7B01E408B1-EF8F-499...> 1/2

10/02/2017

Detalhe - Reportagens

promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água.

Com o objetivo de destacar as melhores iniciativas dos órgãos do setor público que promovem a sustentabilidade, o Ministério do Meio Ambiente promove um concurso "Melhores Práticas de Sustentabilidade (Prêmio A3P)". Podem participar as entidades públicas que possuam termo de adesão vigente da A3P. As instituições devem apresentar resultados concretos qualitativos ou quantitativos de que executam as ações da categoria escolhida. As inscrições estão abertas desde junho e vão até 15 de setembro. É necessário preencher uma ficha de inscrição e um relatório da iniciativa no site da A3P. Receberão certificados e troféus os três primeiros colocados de cada categoria. A última edição do prêmio teve 74 projetos inscritos.

A coordenadora substituta da Agenda Ambiental na Administração Pública, Mônica Rocha, afirma que essas ações contribuem para a melhoria do ambiente organizacional e do meio ambiente. "O prêmio também serve de estímulo para que mais órgãos possam implementar iniciativas inovadoras na gestão socioambiental", completa ela.

[Envie a um amigo](#)

[Imprimir](#)

© 2006 - Todos os direitos reservados à Procal eoa

meio ambiente | sustentabilidade

Em 2011, com o Slogan "ADOTE UM COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLÓGICAMENTE CORRETO. VAMOS PRESERVAR E CUIDAR DO BEM PÚBLICO E DO MEIO AMBIENTE," o Departamento de Educação (DEDC)/Campus XII/Guanambi da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) alinhou-se aos ditames do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Desde então, através de seus Técnicos, sob a coordenação de Gilmar Santos, o DEDC vem executando diversas ações de mudança de hábitos e desenvolvimento da consciência ecológica.

Na atualidade é fundamental pensar a educação vinculada à grande questão mundial - a preservação do meio ambiente. Assim, o Departamento de Educação forma multiplicadores tendo como linha mestra a transformação da nossa sociedade em algo mais saudável, sustentável e vivo. Coube, portanto ao DEDC - XII/Guanambi,

alinhar a UNEB às principais diretrizes da A3P, servindo de divulgadora e multiplicadora da agenda conhecida como 5Rs:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Integrando desta forma a Universidade do Estado da Bahia a um grupo de Instituições Educacionais que incorporam no seu dia-dia



O cuidado com meio ambiente é uma prática adotada pelo Departamento de Educação (DEDC) do Campus XII, em Guanambi

o Manual de Educação para o Consumo Sustentável, afinal, "a reciclagem é uma das alternativas de tratamento de resíduos sólidos mais vantajosas, tanto do ponto de vista ambiental, como do social. Ela reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e água e ainda diminui o volume de lixo e a poluição. Além disso, quando há um sistema de coleta seletiva, bem estruturado, a reciclagem pode ser uma atividade econômica rentável".

Desta forma o DEDC/XII, materializou os 5Rs para sua aplicabilidade no Campus, que vem seguindo os princípios norteadores:

Repensar; a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.

Recusar; possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.



Gilmar Alves dos Santos é Licenciado em Pedagogia e em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XII/Guanambi. Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela UNITINS e especializado em Informática em Educação pela UFLA (MG). Analista Universitário na área de Coordenação de Informática da UNEB (Campus XII/Guanambi). "A ideia do projeto surgiu em conjunto com Eliane (Guimarães) quando passamos para a implantação de um projeto que demandasse ações de natureza socioambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável da Universidade do Estado da Bahia".

A Agenda Ambiental na Administração Pública [A3P] surgiu em 1999, como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, na busca de revisar os padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental, nas instituições da administração pública.

Em 2001 foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, cujo objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela UNESCO, ganhando o prêmio "O melhor dos exemplos", na categoria Meio Ambiente.

A partir de 2007, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Nesse Novo Arranjo Institucional foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo, passando a ser uma das principais ações para a proposição e estabelecimento de um novo compromisso governamental ante as atividades da gestão pública, englobando critérios ambientais, sociais e econômicos a tais atividades.

cessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Reduzir; evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo

aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar; tudo o que estiver em bom estado, ser criativo, inovador evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo.

Reciclar; transformar materiais usados em matérias primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Pondo em prática estas ações no ambiente da UNEB, contribui-se para a imprescindível reflexão de considerar os impactos de suas ações rotineiras na busca de pensar e praticar, no âmbito das instituições acadêmicas, o modelo de preservação e sustentabilidade em todos os aspectos de seu funcionamento.



EcoCâmara

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80, o desafio das instituições nacionais e internacionais está na elaboração de sistemas :

- Político - que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- Econômico - capaz de gerar excedentes e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes;
- Social - que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não- equilibrado;
- De Produção - que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- Tecnológico - que busque constantemente novas soluções;
- Internacional - que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento, e
- Administrativo - flexível e capaz de se auto-corriger.

O Relatório Brundtland

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia a idéia de desenvolvimento sustentável.

A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. Um exemplo clássico de como é mister o consenso internacional é a questão do acidente nuclear na usina de Chernobyl, hoje cidade ucraniana e que, na época do evento, integrava a União Soviética.

É sabido que a antiga URSS era um país fechado, que não se sujeitava a mecanismos de controle da comunidade internacional, como por exemplo, os da AIEA — Agência Internacional de Energia Atômica. As conseqüências foram tão drásticas que geram impactos até os dias de hoje. No passado, milhares de vidas foram perdidas. E durante alguns anos muitas ainda se perderão.

É preciso frisar também a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

Estratégias

Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas devem ser tomadas pelos Estados Nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologia que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologia ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

10/02/2017

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P — Portal da Câmara dos Deputados

No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

No que tange à esfera privada, a ONG Roy F. Weston recomenda que o conceito de desenvolvimento sustentável, assim que é assimilado pelas lideranças de uma empresa e passa a ser almejado como uma nova forma de se produzir sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade em geral, deve se estender a todos os níveis da organização, para que depois seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente.

Em seguida, é necessário que se crie, entre os membros da empresa, uma cultura que tenha os preceitos de desenvolvimento sustentável como base. O passo final é a execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a este preceito (como empresas que atingiram metas de aplicação de um projeto de desenvolvimento sustentável a ONG cita a 3M, o McDonald's, a Dow, a DuPont, a Pepsi, a Coca-Cola e a Anheuser-Busch).

A ONG prega que não se deve implementar estratégias de desenvolvimento sustentável de uma só vez, "como uma revolução, mas como uma evolução", de forma gradual, passo a passo. É preciso ainda que haja uma integração entre indústria, comércio e comunidade, de forma que um programa de melhorias sócio-ambientais numa região se dê de forma conjunta e harmoniosa.

O poder público, tanto no âmbito municipal como nos âmbitos estadual e nacional, deve atuar de maneira a proporcionar adequadas condições para o cumprimento de um programa de tal proporção, desde a feitura de uma legislação apropriada ao desenvolvimento sustentável até a realização de obras de infra-estrutura, como a instalação de um sistema de água e esgoto que prime pelo não-desperdício e pelo tratamento dos dejetos.

Algumas outras medidas providenciais para a implantação de um programa o mínimo adequado de desenvolvimento sustentável são: uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais; aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais aproveitáveis; não-desperdício de água e de alimentos; menor uso de produtos químicos prejudiciais à saúde nos processos de produção alimentícia.

Realizar um programa de desenvolvimento sustentável exige, enfim, um alto nível de conscientização e de participação tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. Para tanto, não se deve deixar que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, visto que os danos que se visam resolver são causados justamente pelos processos desencadeados por um modelo de capitalismo que aparenta ser cada vez mais selvagem e desenfreado. Ainda mais, se levarmos em conta o fato de que um dos requisitos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável é a satisfação das necessidades básicas da população, principalmente dos pobres.

Apesar de passar por problemas políticos, relacionados ao desperdício e à destinação inadequada do lixo urbano, o Brasil é reconhecido como o país que mais recicla no mundo. Isso se deve principalmente às pequenas iniciativas isoladas que partem das comunidades e acabam ganhando grandes proporções.

O lixo urbano

O destino dado ao lixo urbano é uma preocupação crescente neste fim de século. Bilhões de reais são perdidos no Brasil pela não reciclagem de lixo. A adesão à coleta seletiva proporcionaria a obtenção de produtos recicláveis com menor grau de impurezas, o que elevaria seu valor de mercado.

O lixo é o conjunto de resíduos sólidos resultantes da atividade humana. Ele é constituído de substâncias putrescíveis, combustíveis e incombustíveis. O problema do lixo tem objetivo comum a outras medidas, mais uma de ordem psicológica: o efeito da limpeza da comunidade.

O lixo tem que ser bem acondicionado para facilitar sua remoção. Às vezes, a parte orgânica do lixo é triturada e jogada na rede de esgoto. Se isso facilita a remoção do lixo e sua possível coleta seletiva, também representa mais uma carga para o sistema de esgotos. Enquanto a parte inorgânica do lixo vai para a possível reciclagem, a orgânica pode ir para a alimentação dos porcos.

10/02/2017

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P — Portal da Câmara dos Deputados

Os objetivos deste desafio são:

- Reduzir o consumo e o desperdício,
- Reutilizar os materiais, e
- Reciclar.

Estes são os princípios básicos para a eliminação ou minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente decorrentes das atividades humanas. Estes princípios começaram a ser difundidos no Brasil após a Conferência Mundial sobre o meio ambiente realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro, em 1992

Em relação aos resíduos, na ENSP o material coletado vai para a estação de triagem, onde tudo é separado por tipo de material e em seguida comercializado. Papéis, metais, filmes e plásticos são vendidos para "atravessadores" por causa das exigências das indústrias com relação ao lote mínimo. Plásticos rígidos e vidro são vendidos diretamente às indústrias. Outra parte do material coletado pode ser vendida para sucateiros na forma de "mistão" em que é comprado o conteúdo total do caminhão sem separação prévia.

No Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, que também faz parte da ENSP, começamos a realizar pequenas mudanças de comportamento, que reduzem, consideravelmente, o lixo produzido por este Departamento. Podemos citar o reaproveitamento do verso de papéis impressos sem importância; desligar o monitor dos computadores na hora do almoço, diminuindo o consumo de energia do setor e; restringir a um único ramal as ligações para celular, outros estados e países

O próximo passo da FIOCRUZ será a implantação da Coleta Seletiva no Campus. Para que esse passo seja realizado, precisamos promover campanhas de Educação Ambiental nos outros prédios e Departamentos do Campus.

Autores:

- *Débora Kligerman*
- *Maria Albertina Pires*
- *Alcenira Ferreira Gomes*
- *Nilda Cristina da S. Inocêncio*
- *Cleide dos Santos Mello*
- *Patricia Grazinoli (Ministério do Meio Ambiente)*
- *Jacimara Guerra Machado (Núcleo de Gestão Ambiental EcoCâmara)*
- *Luiz Felipe(Tribunal Regional Federal)*